

Ministro da Agricultura defende sanções aos municípios sem plano de prevenção para incêndios

6 de Maio, 2019

Numa entrevista à Antena 1 e ao Jornal de Negócios transmitida este domingo, Luís Capoulas Santos considera “incompreensível” que ainda existam 28 câmaras com planos desatualizados. Para o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, “custa-me admitir que haja um município onde exista risco de incêndio, e onde a legislação obriga a existência desse plano, e que, nalguns casos, reiteradamente não tem”. O responsável nota ainda que “existe um quadro sancionatório que, na minha opinião, deveria ser aplicado”, ressalvando que essa aplicação não cabe ao Ministério da Agricultura.

De acordo com Capoulas Santos, as sanções têm como consequência a redução de financiamento público aos municípios. “Até aqui tem havido uma atitude persuasiva e não sancionatória, mas, na minha opinião, é chegado o momento de as sanções serem aplicadas”, defende.

Na entrevista, o ministro fala ainda na “grande dificuldade” – do próprio Ministério, mas também dos privados – em encontrar operadores suficientes que realizassem a limpeza das zonas rurais. “Nestas circunstâncias, tivemos de identificar prioridades de freguesias de maior risco”, aponta.

Questionado sobre se existe uma situação de seca no país, o ministro comenta: “Estamos preocupados, estamos a fazer o levantamento da situação, temos medidas em execução, mas falar de seca é manifestamente exagerado”. Capoulas Santos diz que “todos os agricultores agradeceram a chuva que caiu em abril, mas não foi suficiente para recarregar as barragens e os lençóis freáticos”. No entanto, segundo o responsável do Governo, esta chuva “mitigou muito os efeitos de seca. Não há, neste momento, nenhum indicador de qualquer quebra de produção em qualquer atividade agrícola”, devido à falta de precipitação, afirma.